

Sarney procura conter as disputas internas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As divergências entre seus ministros, o presidente da República responderá com o silêncio. Seu comportamento será diferente, porém, se os conflitos e o bate-boca público persistirem depois que o chefe de governo optar por uma ou outra linha de argumentação. Este princípio está bem definido no Palácio do Planalto, segundo garantiu um importante e próximo assessor de José Sarney.

Quanto ao motivo das divergências, quando ele retrata posições conflitantes a respeito das melhores maneiras de conduzir os assuntos de governo e às diversas soluções para os problemas mais graves verificados, não há qualquer problema, de acordo com a análise do mesmo assessor. Em sua opinião, ficou para trás o tempo em que, por divergir de um ministro, o outro deveria cair.

As posições conflitantes dos ministros Almir Pazzianotto, do Trabalho, e Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio, que discutiram publicamente sobre a melhor conduta a ser adotada pelo governo com relação às greves, somaram-se, nos últimos dias, divergências profundas entre os ministros João Sayad, do Planejamento, e Francisco Dornelles, da Fazenda. Esta semana, surgiu uma nova briga pública que, em dois dias, chegou a ficar feia: entre os ministros da Saúde, Carlos Sant'Anna, e da Previdência, Waldir Pires.

As relações dos ministros da Saúde e da Previdência, antigos adversários políticos na Bahia, se acirram ainda mais, neste governo, com a idéia fixa de Sant'Anna de querer transferir imediatamente a Ceme e o Inamps para o seu Ministério. Com isto não concorda seu colega da Previdência, partidário de um amplo debate com toda a sociedade a respeito do assunto.

Ao menos dessa vez já se saberá a curto prazo por quem o presidente José Sarney se inclinará, pois ele tem prazo até o dia 13 para sancionar ou vetar uma lei delegada pelo Congresso Nacional sobre as transferências. O presidente chegou a determinar a elaboração de projeto de lei atendendo ao ministro da Saúde, mas recuou na semana passada, em favor de Waldir Pires que, para isto contou com o apoio de todos os sindicatos de classe e ainda da CNBB.

Este fato irritou profundamente Carlos Sant'Anna, que contava com os Cr\$ 18 trilhões do Inamps, cujo orçamento é quase dez vezes superior ao do Ministério da Saúde para este ano. E ele não esconde a divergência com seu colega da Previdência Social. Prova disto é que, na semana passada, Sant'Anna recusou-se terminantemente a assinar os termos aditivos aos convênios de Ações Integradas de Saúde que beneficiariam 30 municípios de grande porte de Minas Gerais, causando constrangimento à equipe de Waldir Pires e ao governo mineiro, também signatário dos contratos.

Na área econômica, a divergência entre os ministros é basicamente sobre os rumos da política econômica da Nova República. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, defende um crescimento sustentado da economia, no qual primeiro é preciso combater o déficit público e a inflação. O ministro João Sayad, do Planejamento, acha que a recuperação econômica pode vir mais cedo, através da queda das taxas de juros.

Até agora, o presidente da República tem ficado com Dornelles. E um assessor econômico revelou, recentemente, por quê: Dornelles convenceu Sarney de que as políticas econômicas ditas "realistas", impostas em outros países, nos primeiros meses desgastaram o governo, mas agora vêm dando grandes resultados em termos de popularidade. E, pelo contrário, as políticas populistas deram, de início, grande prestígio ao governo, mas o resultado tem sido a "economia de guerra".

Sarney já disse que não deseja baixar as taxas de juros por meios artificiais e, com isso, legítima a política monetária rígida imposta por Dornelles. Mas também não aceita cortes profundos nas despesas das empresas estatais, como sugere o ministro da Fazenda, temendo o agravamento do processo recessivo. Os políticos pressionam a favor de Sayad, enquanto os empresários pressionam o presidente a favor de Dornelles.



Presidente não aceita situações de impasse

CARLOS CHAGAS

José Sarney estrilou, ontem. Chegou a elevar o tom de voz, coisa que apenas bissextamente acontece. Foi pela manhã, bem cedo, no Rio, ainda em sua suíte no Hotel Glória, antes de receber o ex-presidente Ernesto Geisel. Lia os jornais matutinos e recebia informações de seus principais assessores, frustrando-se ao notar que sua cuidadosa e meditada entrevista coletiva à imprensa estrangeira, concedida na véspera, deixou de ter o destaque necessário e de se constituir no principal fato do dia, em função da crise verificada entre seus ministros da área econômica. Não quer pretendesse interferir na diagramação dos jornais ou ver o noticiário orientado conforme seus interesses. Já foi jornalista e sabe muito bem que a imprensa se reger pela natureza das coisas, isto é, dá prevalência ao mais importante e deve sempre optar entre diversos temas. Precisamente por isso é que se irritou. A divergência de opiniões entre seus ministros, tornada pública e acentuada de uma semana para cá é que o preocupa, pois conseguiu sobrepor-se aos demais acontecimentos, inclusive aquele extremamente positivo de suas definições transmitidas a jornalistas de quase todos os países do mundo.

Não foi por vaidade, nem por pretender esconder a crise, que José Sarney demonstrou insatisfação, mas, precisamente, por julgar que as divergências estão chegando a limites insuportáveis. Recebe com humildade críticas de que o governo não se define, mesmo de que está hesitando, antes de demarcar, porque até as reconhece. Não poderia ser diferente, ele governa buscando preparar-se para governar, ouvindo ao máximo a sociedade, seus segmentos e suas concepções diversas. Foi surpreendido com a necessidade de ocupar a Presidência da República em função da fatalidade e do inusitado que se abateu pelo País, com a doença e a morte de Tancredo Neves. O mínimo a pleitear seria o que vem pleiteando: tempo. Condições para absorver uma realidade que o presidente eleito tinha absorvido antes.

O que não pode entender nem aceitar, porém, é que os choques de concepção dentro do comando econômico-financeiro sob sua direção transcendam os limites do natural. Assumam proporções de disputas pessoais, e, mais do que isso, características de irredutibilidade. Revelem impasses.

Sua postura diante do Ministério que recebeu de Tancredo era, é, e, no que depender dele, continuará sendo de harmonização, tolerância e busca de pontos comuns de entendimento. Não se passa um dia, sequer, sem que tente conciliar, compor e encontrar fórmulas

que signifiquem soma. Mas não dá mais, ou, breve, não dará mais, a continuarem as coisas como vão.

O presidente não personalizou, nem precisava, no seu desabafo de ontem de manhã. A referência foi explícita para os ministros do Planejamento e da Fazenda. De modo pessoal, ele prestigia os dois, na medida em que julga estarem sustentando teses oportunas e necessárias. A contenção inflacionária, a redução do déficit público e a recuperação da economia, com a retomada do desenvolvimento, são faces da mesma moeda, aliás ressaltadas em todos os seus pronunciamentos e entrevistas. O problema é encontrar um modo de compatibilizá-las. Ou de não romper a harmonia do governo por causa delas. A saída não está no confronto, mas na integração.

Primeiro foram as medidas de contenção, tomadas na semana em que a Nova República se instalou. Depois, a discussão sobre o plano de emergência. Em seguida, o debate sobre a questão dos juros. Agora, o problema das tabelas do Imposto de Renda e dos cortes nas estatais, para não falar do desentrosamento na questão da dívida externa, que o obrigou a demitir um dos diretores do Banco Central. Choques, ao invés de composições. Divergências tornadas públicas, no lugar de soluções comuns.

Tanto a Francisco Dornelles como a João Sayad, por mais de uma vez, Sarney afirmou serem imprescindíveis, dentro da montagem do governo. Contam com a sua confiança e ouviram sua negativa peremptória, quando colocaram seus cargos à disposição. Têm lugar seguro e necessário. Mas...

Mas devem evitar o prolongamento ou o acirramento das dissensões que, se são justificadas antes da tomada das decisões, não devem, por isso, assumir níveis de intransigência, sequer nessa fase. Nem, muito menos, ser exploradas por auxiliares de cada um, numa verdadeira impressão de guerra pessoal entre dois grupos. Os inimigos comuns continuam sendo a inflação, o déficit interno, a dívida externa, a estagnação econômica e a crise social.

Registra-se, aqui, de curtas informações sobre uma inesperada explosão do presidente da República, sinal no mínimo singular. Se as coisas continuarem amargas, prejudicando o governo e servindo para complicar o já complicado quadro atual, José Sarney não hesitará em tomar as providências cabíveis, entre as quais se inclui a substituição de ambos. Antes mesmo de optar por uma ou outra receita de política econômica, se não puder compor as duas, optará por afastar do governo as peças consideradas prejudiciais à sua unidade. Se responde com o silêncio, quando assiste a aceitáveis divergências verificadas antes das decisões, fará barulho no momento em que elas se tornarem inaceitáveis.